

Ata N.º	12/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**  
**ATA N.º 12/2017 DE 02 DE JUNHO**

Aos **dois** dias do mês de **junho** do ano de **dois mil e dezassete**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a décima segunda reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária e pública, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presente toda a Vereação, Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a tempo inteiro e Vice-Presidente da Câmara, o Sr. Eng.º João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo, o Sr. Carlos Dias Mota e o Sr. Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereadores em regime de não permanência.-----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica Sr.<sup>a</sup> Regina Almeida Ramos.-----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e trinta minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-

----- O Sr. Presidente convidou o Executivo a deslocar-se à Praia Fluvial de Vila Cova à Coelheira para participar no lançamento do processo de repovoamento do Rio Côvo com alevins de trutas, tendo o Sr. Presidente e a Vereação regressado à reunião pelas onze horas e dez minutos. -----

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”**-----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia foram abordados os seguintes assuntos: -----

----- **a) Repovoamento com alevins de trutas dos rios que percorrem a área do Município.** -----

----- O Sr. Presidente assinalou que hoje, na praia fluvial de Vila Cova à Coelheira, no Rio Côvo, com a presença do Executivo, Presidentes de Junta, representantes do Clube Desportivo de Caça e Pesca de Vila Nova de Paiva e representantes do ICNF – Instituto da Conservação da Natureza, I.P., se iniciou o processo de repovoamento, com alevins de trutas (crias de trutas), dos rios que percorrem a área do Município, seguindo-se o Rio Paiva. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 – Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia dezanove de maio de 2017** aprovada e assinada em minuta na própria reunião.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da ata da reunião ordinária do dia dezanove de maio de 2017.-----

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- **Por Empreitada** -----

----- **b) Execução da Obra de “ Requalificação da Escola EB 1 e da Educação Pré-Escolar de Vila Nova de Paiva ”** – Procedimento por concurso público, conforme deliberação camarária de 19 de maio de 2017 - Proposta de prorrogação do prazo de apresentação das propostas.-----

----- Foi presente à reunião a proposta do Júri do Procedimento do Concurso Público, datada de 30 de maio de 2017, do seguinte teor integral: -----

*“Considerando que:*

*a) - O Concurso Público para execução da obra de “Requalificação da Escola EB1 e da Educação Pré-Escolar de Vila Nova de Paiva”, foi aberto pelo Anúncio de Procedimento nº 4203/2017 publicado na II SÉRIE do Diário da República nº 99 de 23 de Maio de 201*

*b) - O prazo estipulado para apresentação das propostas è de 30 dias;*

*c) - O prazo estipulado para apresentação de pedidos de esclarecimentos é de 1/3 do prazo para apresentação das propostas;*

*d) - O prazo estipulado para apresentação de listas de erros e omissões é de 5/6 do prazo para apresentação das propostas;*

*e) – Vários interessados comunicaram através de pedidos de esclarecimentos introduzidos na Plataforma Electrónica AcinGov, não terem acesso a todas as peças do Procedimento, aparentemente devido a problemas informáticos, que se julga estarem resolvidos;*

*f) – Apesar de a Técnica de Informática que presta apoio ao Procedimento ter informado verbalmente o Júri que os problemas informáticos em causa são devidos ao Software utilizado pelos interessados, importa garantir que todas as peças do Procedimento se encontrem disponíveis a todos os interessados por um prazo não inferior ao inicialmente estipulado:*

*O Júri do Procedimento propõe à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que delibere:*

Ata N.º	12/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

- A prorrogação do prazo de apresentação das propostas de 9 (nove) dias, e, consequentemente, a prorrogação proporcional do prazo de apresentação dos pedidos de esclarecimentos e do prazo de apresentação das listas de erros e omissões.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Júri do Procedimento, acima transcrita.-----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Conhecimento da 6.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) e 6.ª Alteração ao Orçamento para o ano financeiro de 2017** aprovadas por Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 19 de maio de 2017, no uso de competência delegada.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **b) Apreciação a aprovação da proposta da 2.ª Revisão à Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento do ano de 2017.** -----

----- O Sr. Presidente retirou este assunto da ordem do dia.-----

----- **c) Maria Clara de Lacerda Morais Coutinho, do Touro** – Por requerimento registado no dia 18 de maio de 201, solicita a legalização de um pavilhão destinado à atividade pecuária de cunicultura (produção de coelhos), sito no Lugar de Passarinho, na freguesia do Touro, ao abrigo do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro – Processo n.º 43/2017 – Informação n.º PL-122, de 22 de maio de 2017 – Proposta de 23 de maio de 2017, do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 23 de maio de 2017, do seguinte teor integral:-----

“Considerando que:

1. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, foi aprovado um Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (doravante RERAE), que definiu o regime de regularização de estabelecimentos e explorações existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública, bem como o regime a aplicar à alteração ou ampliação dos estabelecimentos ou instalações que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões e restrições de utilidade pública.

2. *Aquele regime entrou em vigor em 2 de janeiro de 2015, mantendo-se válido para os pedidos de regularização, alteração ou ampliação previstos no referido RERAE, desde que apresentados no prazo de um ano a contar daquela data, conforme estabelecido no n.º 1 do seu artigo 3.º.*

3. *Entretanto foi publicada a Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, entrada em vigor em 24 de julho de 2016, que prorrogou por mais um ano, a contar desta data, e com efeitos retroagidos a 2 de janeiro de 2016, o prazo previsto no n.º 1 do referido artigo 3.º do RERAE.*

4. *Aquela lei veio ainda promover a extensão do RERAE, estabelecendo que para além das situações a que se refere o artigo 2.º do RERAE, podem ainda ser apresentados pedidos de regularização relativos às atividades previstas no n.º 3 do artigo 1.º deste decreto-lei, que não tenham chegado a iniciar-se ou tenham cessado ou sido suspensas há mais de um ano, desde que existissem, iniciadas ou acabadas, instalações de suporte dessa atividade à data de entrada em vigor do RERAE, podem ainda beneficiar dos regimes a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 1 do referido artigo 1.º do RERAE, os estabelecimentos e explorações que se destinem ao apoio da atividade agropecuária, da agricultura, horticultura, fruticultura, silvicultura e apicultura, designadamente armazéns, anexos e centrais de frio.*

5. *Os pedidos de regularização são apresentados à entidade coordenadora ou licenciadora, instruída nos termos do artigo 5.º do RERAE, complementado com os elementos constantes da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março, integralmente aplicável aos pedidos de regularização.*

6. *Verificando-se desconformidade da localização das edificações destinada à atividade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, estipula a alínea a), do n.º 4, do artigo 5.º do RERAE, que os pedidos de regularização devem ser instruídos com deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal.*

7. *Em 18 de maio de 2017 foi apresentado nesta Câmara Municipal requerimento da D. Maria Clara de Lacerda Morais Coutinho, contribuinte fiscal com o número 151 597 979, empresária em nome individual com domicílio fiscal na Rua de Santa Bárbara, n.º 150 – 3650-081 Touro, requerendo a legalização de um estabelecimento, de que é proprietária, destinado à atividade pecuária de cunicultura (criação de coelhos), em funcionamento há cerca de vinte anos, sito no Lugar do*

Ata N.º	12/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

*Passarinho, povoação e freguesia do Touro, ao abrigo do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 9 de julho, dado este Município ser a entidade licenciadora da atividade económica em causa, e tratar-se de edificação que nunca foi alvo de licenciamento por parte do Município, embora a requerente seja portadora do Título de Exploração n.º 3.194/2011, emitido pela DRAP do Centro.*

*8. Aquele processo de licenciamento foi registado nos serviços da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU) sob o n.º 43/2017, sendo objeto da Informação n.º PL-122, de 22 de maio de 2017, anexa à presente proposta e apensa ao processo, na qual se descreve que o edificado existente está inscrito na matriz predial urbana da freguesia do Touro sob o artigo 1.475, com área total de 1.470 m<sup>2</sup> (mil quatrocentos e setenta metros quadrados), prevendo a requerente, para além da regularização da exploração nos termos do RERA, também a possibilidade da sua alteração ou ampliação, desde que possua o título de exploração válido, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões e restrições de utilidade pública, considerando que o referido edifício está construído sem área descoberta suficiente para o cumprimento dos índices previstos no artigo 42.º do Regulamento do PDM de Vila Nova de Paiva para as edificações em espaço florestal, não possuindo no entanto a parcela qualquer área incluída em RAN, REN ou Regime Florestal.*

*9. Nesta conformidade, para que o processo de legalização/regularização do referido estabelecimento de exploração de cunicultura, com eventual alteração e ou ampliação, possa seguir os trâmites previstos no RERA, o processo deverá ser instruído com deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, conforme estipula a alínea a), do n.º 4, do artigo 5.º do RERA.*

*Assim, face ao exposto, e sem prejuízo dos demais procedimentos considerados necessários para completa regularização do processo de licenciamento, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, para submissão à Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto na alínea a), do n.º 4, do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 9 de julho, que delibere reconhecer o interesse público municipal na regularização do licenciamento do estabelecimento destinado à atividade pecuária de cunicultura (criação de coelhos), sito no Lugar do Passarinho, povoação e freguesia do Touro,*

*inscrito na matriz predial urbana da freguesia do Touro sob o artigo 1.475, com área de 1.470 m2 (mil quatrocentos e setenta metros quadrados), em funcionamento há cerca de vinte anos, propriedade da D. Maria Clara de Lacerda Moraes Coutinho, atendendo à importância da manutenção dos postos de trabalho na localidade gerados pela atividade desenvolvida e à necessidade de conservação da dinâmica económica da freguesia onde se insere aquele estabelecimento, caracterizada por uma forte desertificação e migração.”*

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente a submeter a apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.-----

----- **d) Cláudia Santos Pires de Moraes, do Touro** – Por requerimento registado em 27 de abril de 2017, apresenta candidatura ao incentivo à natalidade e à adoção do Município de Vila Nova de Paiva, pelo nascimento em 23 de fevereiro de 2017, de segundo descendente, Renato de Moraes Andrade – Informação N.º 49-USC-17 de 15 de maio de 2017, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de mil euros, ao abrigo e nos termos e condições previstos na alínea b), do n.º 2, do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. -----

----- **e) Ana Suzete Santos Figueiredo, de Vila Nova de Paiva** – Por requerimento registado em 09 de maio de 2017, apresenta candidatura ao incentivo à natalidade e à adoção do Município de Vila Nova de Paiva, pelo nascimento em 17 de abril de 2017, de terceiro descendente, Carminho Miguel Figueiredo Afonso – Informação N.º 50-USC-17 de 15 de maio de 2017, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de mil e quinhentos euros, ao abrigo e nos termos e condições previstos na alínea c), do n.º 2, do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. -----

----- **f) Ana Lúcia Gomes Figueiredo Paiva, do Touro** - Por requerimento registado em 16 de maio de 2017, apresenta candidatura ao incentivo à natalidade e à adoção do Município de Vila Nova de Paiva, pelo nascimento em 13 de abril de 2017, de segundo descendente, Santiago Figueiredo Paiva – Informação N.º 52-USC-17 de 23 de maio de 2017, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de mil euros, ao abrigo e nos termos e condições previstos na

Ata N.º <b>12/2017</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>38</b>	

alínea b), do n.º 2, do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. -----

## APROVAÇÃO EM MINUTA

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

## ENCERRAMENTO

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas e quarenta minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei. -----